



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681448 - SC (2021/0226993-6)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : ALESSANDRO RIBEIRO DE MIRANDA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALESSANDRO RIBEIRO DE MIRANDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 5012978-45.2019.8.24.0023/SC).

O paciente foi condenado à pena de 1 ano de reclusão em regime inicial aberto e ao pagamento de 5 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 155, § 4º, I, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal (e-STJ fls. 283-289).

O impetrante sustenta a necessidade de afastamento da qualificadora de rompimento de obstáculo, ante a ausência injustificada de realização de exame pericial.

Defende, ainda, a necessidade de aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 155, § 2º, do Código Penal, diante da primariedade do paciente, bem como do pequeno valor da *res furtiva*.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação, até o julgamento do mérito deste *writ*. No mérito, pugna pela correção da dosimetria da pena do paciente, com o afastamento da qualificadora de rompimento de obstáculo e o reconhecimento da causa especial de diminuição do § 2º do art. 155 do Código Penal (furto privilegiado) e a consequente substituição da pena por multa ou, subsidiariamente, a sua redução em 2/3.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Da leitura do acórdão impugnado, verifica-se, em uma análise ainda preliminar do feito, que foi devidamente fundamentada a manutenção da dosimetria do paciente pelo Tribunal de origem, nos seguintes termos (e-STJ fls. 57-59):

*Ainda que ausente prova pericial a demonstrar a causa de aumento em apreço, o conjunto probatório não deixa dúvidas de sua ocorrência.*

*O vídeo n. 7 acostado ao inquérito policial (evento 1 dos autos n. 012978-45.2019.8.24.0023) demonstra o exato momento em que o apelante Alessandro gira uma barra de ferro por inúmeras vezes até lograr êxito no rompimento da trava de segurança que firmava a bicicleta subtraída ao bicicletário do educandário.*

*As testemunhas confirmam que o réu rompeu a corrente que estava com cadeado prendendo a bicicleta ao bicicletário, além do próprio acusado confessar tal proceder em seu interrogatório da fase policial.*

*Este egrégio Tribunal tem decidido reiteradamente pela prescindibilidade do laudo pericial, desde que outros elementos de prova sejam capazes de demonstrar o rompimento do obstáculo e/ou a escalada.*

*(...)*

*Nestes termos, constata-se que, mesmo ausente o laudo pericial, as provas colhidas na fase investigatória e em juízo comprovam que o apelante rompeu o obstáculo para lograr êxito na empreitada criminosa, não havendo dúvidas de que o furto ocorreu na forma qualificada descrita na denúncia.*

*Por fim, pugna o acusado pela readequação da pena aplicada, a fim de que a fração referente à tentativa seja corrigida para 2/3 (dois terços), sob justificativa de que fora abordado ainda dentro da universidade e, portanto, o bem não saiu da esfera de visibilidade dos seguranças do local. Uma vez mais, o pleito não merece guarida.*

*Sabe-se que para se determinar a fração a ser aplicada no caso concreto o magistrado deve se ater a figura do iter criminis, ou seja, o percurso transcorrido pelo agente até que se chegue ao resultado.*

*(...)*

*No caso em tela, o acusado percorreu, pelo menos, metade do iter criminis, pois chegou até os atos executórios, mas foi surpreendido pela ação dos seguranças do campus universitário que flagraram pelas câmaras de segurança o momento em que ele subtraiu o bem e, na sequência, o perseguiram até sua abordagem.*

*(...)*

*No caso, o apelante adentrou no pátio da universidade, acessou o local em que estava a bicicleta, teve êxito em livrar as suas amarras de segurança e se deslocava para fora do campus universitário na posse da res furtiva, porém a consumação do delito patrimonial não ocorreu pela diligente atuação dos seguranças do local que abordaram o acusado. Assim, diante do percurso transposto para a prática delitiva, mostra-se acertada a fração de 1/2 (um meio).*

*Portanto, não há motivo para alteração da fração escolhida em primeiro grau.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do

magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência